

## **A PROPOSIÇÃO DE ASSENTAMENTOS (IN) SUSTENTÁVEIS: O CASO DO PÓLO AGROFLORESTAL EPITACIOLÂNDIA/AC<sup>1</sup>**

Alexsande de Oliveira Franco<sup>2</sup>  
Antônio Romildo Cruz de Menezes<sup>3</sup>

### **Resumo**

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o distanciamento entre a intenção das propostas iniciais de criação do assentamento, principalmente a sustentabilidade econômica e o que foi efetivamente implementado. Trata-se, todavia, de um estudo de caso, para o qual foi selecionado o Polo Agroflorestal Epitaciolândia, localizado em município com mesmo nome, que faz divisa com a Bolívia. Para tanto a metodologia seguiu alguns passos: 1) visita *in loco* ao PE Epitaciolândia; 2) entrevista em profundidade com moradores; 3) levantamento de dados bibliográficos relacionados ao tema; e 4) visita a órgãos públicos para coleta de informações relevantes.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais, Polo agroflorestal, Epitaciolândia-AC.

### **Introdução**

O processo de ocupação da Amazônia ao longo do século XX contribuiu com uma série de problemas, entre os quais a expropriação de terras nos seringais e colônias. As populações tradicionais e rurais que ocuparam antigos seringais e áreas rurais como posseiros perderam suas terras, com isso houve a saída dos indivíduos do campo e da floresta. Esse processo de êxodo rural ocorrido principalmente a partir da década de 1970 promoveu o inchaço das cidades. Os Polos Agroflorestais, também chamados de Polos Estaduais (PE) foram criados no final do século XX e ampliados início do século XXI por Lei estadual, surgem para atenuar tais problemas, invertendo o sentido da migração para campo-cidade.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o distanciamento entre a intenção das propostas de criação destes polos e o que foi efetivamente implementado. Trata-se, todavia, de um estudo de caso em que foi selecionado o PE Epitaciolândia, localizado no município de mesmo nome. O trabalho seguiu alguns passos, a saber: 1) visita *in loco* ao PE Epitaciolândia; 2) entrevista em profundidade com moradores; 3) levantamento de dados bibliográficos relacionados ao tema; e 4) visita a órgãos públicos para coleta de informações relevantes.

---

<sup>1</sup> Trabalho escrito em parceria com a Profa Dra Cicilian Luiza Löwen Sahr, cicilian@uol.com.br.

<sup>2</sup> Acadêmico do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: aofrancoufac@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre. E-mail: menezesdido@hotmail.com

No primeiro momento é apresentado o contexto dos assentamentos rurais do Acre no processo de ocupação da Amazônia. O segundo momento reflete as características de (in) sustentabilidade do PE Epitaciolândia.

### **Assentamentos rurais do Acre no contexto da ocupação da Amazônia**

A região Amazônica é rica em seringueiras (*Hevea brasiliensis*), árvore produtora do látex que é transformado em borracha após processo de defumação. Assim, foi com a descoberta do uso da borracha para a produção automobilística da Europa que começa a se desenvolver na região uma ocupação ligada à organização empresarial. Neste sentido, Souza (2008) afirma que, o primeiro grande momento do extrativismo vegetal ocorreu quando a indústria internacional absorveu o látex como matéria prima essencial para produção industrial em diversos setores, o que proporcionou grandes aportes de capital externo para a região Amazônica, com vistas para o aumento da produção.

Ainda de acordo com Silva (2008), tem-se a implantação na Amazônia de uma estrutura produtiva baseada na empresa extrativista, capital financiador, latifúndio e exploração de mão de obra, que era proveniente do Nordeste brasileiro. O padrão de desenvolvimento foi marcado pela exploração predatória dos recursos naturais, da população local e dos nordestinos, atraídos pelos incentivos de políticas do capital internacional para servir de mão de obra para atender a demanda gerada pela produção borracha. No entanto, a borracha brasileira entrou em crise devido à produção dos seringais da Malásia. Foi neste contexto que ocorreram mudanças na estrutura produtiva, assim os trabalhadores voltaram à produção de subsistência, que não era permitida durante o período áureo da borracha.

Essa situação segue até o período da Segunda Guerra Mundial, quando a produção da borracha na Amazônia ganha força novamente impulsionada por esforço de guerra através de acordos entre o governo Brasileiro e Estadunidense.

Com o fim dos acordos com os Estados Unidos, estagna-se novamente a economia extrativista e a mobilidade territorial passa a ocorrer com mais ênfase. Há a um processo de saída de populações das áreas rurais e de florestas para as cidade. Diante dos problemas gerados, conforme assinala Silva (2011), foi desenvolvida uma política de reassentamento dessas famílias em “colônias agrícolas”. Estas eram localizadas próximas às cidades em antigos seringais desapropriados e loteado para esta finalidade.

A intervenção do Estado na dinâmica territorial acreano, em particular, foi marcada com o início dos governos militares, a partir de 1964. Suas políticas desenvolvimentistas trouxeram uma nova ordem à produção, que outrora era voltado para produção extrativista. “Fazia-se necessário desarticular o extrativismo e construir novas atividades econômicas. Neste cenário, a agropecuária surge como a ‘bola da vez’” (SOUZA, 2008 p. 40).

Tanto o governo federal como o governo estadual adotaram políticas de incentivos a vinda de grandes investidores e especuladores de terras atraídos pelo preço irrisório da terra no Acre. Para Souza (2008), o processo de divulgação e abertura das portas do Acre aos diversos compradores vindos do centro-sul do país e a venda indiscriminada de imensas áreas de terras a preços baixos foram extremamente nocivos às comunidades que viviam na floresta. Foi na década de 1970 que se intensificou a ocupação de fazendeiros e especuladores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, entre outros, que eram atraídos pelos incentivos políticos do governo.

Com a dinâmica de ocupação desenvolvido na região, passa a observar o inchaço dos núcleos urbanos, e com ele a precarização dos serviços públicos e a diminuição da qualidade de vida, sejam estas cidades de maior ou de menor porte em todas as microrregionais acreanas. É importante mencionar que grande parte da população das cidades era oriunda do campo ou da floresta, ou seja, ex-agricultores e ex-agricultores. No caso do Acre e de outros estados da região amazônica, era comum encontrar seringueiros, extrativistas e quilombolas expropriados. Paralelo a essa problemática, desenvolveram-se mecanismos que possibilitaram o retorno de fração desse contingente para o campo. Entre estes, o de criação de assentamentos rurais de diferentes categorias, sejam eles Federais, Estaduais e/ou Municipais.

A partir da desapropriação de algumas áreas de seringais assiste-se a proposta implementação de assentamentos rurais.

Sobre as propostas de assentamento, Silva (2011) destaca:

Num primeiro plano, o poder público, promoveu os processos de acesso dos camponeses à terra e seu domínio sobre ela. Ao acomodar esta diversidade camponesa, não oferecendo infraestrutura necessária, direta e indiretamente, promoveu-se a recriação dos mecanismos de expropriação. Assim, não oferecendo condições ideais para a fixação do homem à terra, eles começaram a sair de seus lotes, vendendo e migrando para as periferias das cidades do Acre”. (SILVA, 2011, p. 133).

A modalidade de assentamento era estabelecida ou apoiada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, considerando o tipo de população assentada e as especificidades ecológicas da região proposta.

Entre os assentamentos estaduais criados para o fim de reverter ou diminuir o inchaço das cidades destacam-se os Polos Agroflorestais (SOUZA, PINTO e FIUZA, 2013). Os PEs, como são chamados, são áreas que devem reintegrar o homem à floresta e que se localizam próximos a centros urbanos. Eles são em número de 21 no Acre (Quadro 1).

<b>Município</b>	<b>Nome do Polo</b>
Rio Branco	Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro
	Polo Agroflorestal Dom Joaquim
Porto Acre	Polo Leiteiro
Xapuri	Polo Agroflorestal Xapuri I,
	Polo Agroflorestal Xapuri II
Feijó	Polo Agroflorestal de Feijó
Bujari	Polo Agroflorestal Dom Moacir
Epitaciolândia	Polo Agroflorestal Epitaciolândia
Sena Madureira	Polo Agroflorestal Elias Moreira
Brasiléia	Polo Agroflorestal de Brasiléia
Mâncio Lima	Polo Agroflorestal de Mâncio Lima
Rodrigues Alves	Polo Agroflorestal de Rodrigues Alves
Cruzeiro do Sul	Polo Agroflorestal Santa Luzia

Quadro 1 – Polos Agroflorestais do Acre

Fonte: Acre (2005)

Entre os municípios mencionados no Quadro 1 esta o Polo Agroflorestal Epitaciolândia, que é analisado com mais profundidade no próximo tópico, a título de estudo de caso.

### **(In) Sustentabilidade do Polo Agroflorestal Epitaciolândia**

A implementação dos polos agroflorestais no Acre se deu inicialmente no município de Rio Branco, no ano de 1993, expandindo-se no restante do estado a partir de 1998. Com esses projetos de assentamentos se propôs o retorno da população oriunda da floresta, ou seja, ex-seringueiros, por exemplo, que viviam em áreas urbanas para o campo. Essa população, que foi expropriada da terra entre as décadas de 1960 e 1990, retornam prioritariamente para a criação de pequenos animais e para a implementação de SAFS (Sistemas Agroflorestais). Esses sistemas são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que auxiliam na restauração de florestas e na recuperação de áreas degradadas, além de possibilitar uma alternativa de renda diversificada que garantiria a sustentabilidade<sup>4</sup> econômica dos assentados.

Os Polos Agroflorestais ganham uma dinâmica efetivamente legal juntamente com Quintais Agroflorestais com a criação da Lei nº 1693, de 21 de dezembro de 2005:

Cria os Programas de Polos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais - PQA e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutiva, concessão de direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos polos agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. (ACRE, 2005, p. 1).

Nesse aspecto cria-se política pública de reforma agrária para o estado através dos respectivos Polos Agroflorestais.

É relevante, antes de discutir a perspectiva proposta no polo Eptaciolândia, abre-se aqui um parêntese para realizar uma rápida abordagem do termo sustentabilidade.

Para Nascimento (2012).

A noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção. (NASCIMENTO, 2012, p. 50).

De acordo com Ehlers (1996) nos moldes da agricultura sustentável, há a junção das práticas agrícolas convencionais com a alternativa, aproveitando os novos conhecimentos da

---

<sup>4</sup> O mesmo que sustentável, em linhas gerais são ações e atividades que visam suprir as necessidades atuais sem comprometer o futuro das próximas gerações.

experiência advinda dos agricultores como os advindos da pesquisa científica. Nesse sentido, em linhas gerais, a agricultura sustentável leva em consideração a produtividade e o respeito ao ambiente.

A sustentabilidade ou o sustentável, envolvem diferentes dimensões como a ambiental, social e econômica. Nessa direção, Souza, Pinto e Fiuza (2007) mencionam que a sustentabilidade envolve o ecológico, o social e o econômico se apresentando como importante princípio na relação do homem com a natureza.

Realizado essa abordagem acerca da sustentabilidade e de suas dimensões é importante reafirmar que no presente trabalho a dimensão econômica simplesmente é aquela abordada e para isso é necessário compreender a estrutura organizacional do assentamento e dos lotes.

a) Estrutura/ organização assentamento e lotes

Com relação ao polo Eptaciolândia possuía originalmente uma área de 129,9535 (cento e vinte e nove hectares, noventa e cinco ares e trinta e cinco centiares). (ACRE, 2005). Nela foram planejados 16 lotes com área entre 5 e 7 hectares, bem como uma Reserva Florestal de aproximadamente 21 hectares (Figura 1).

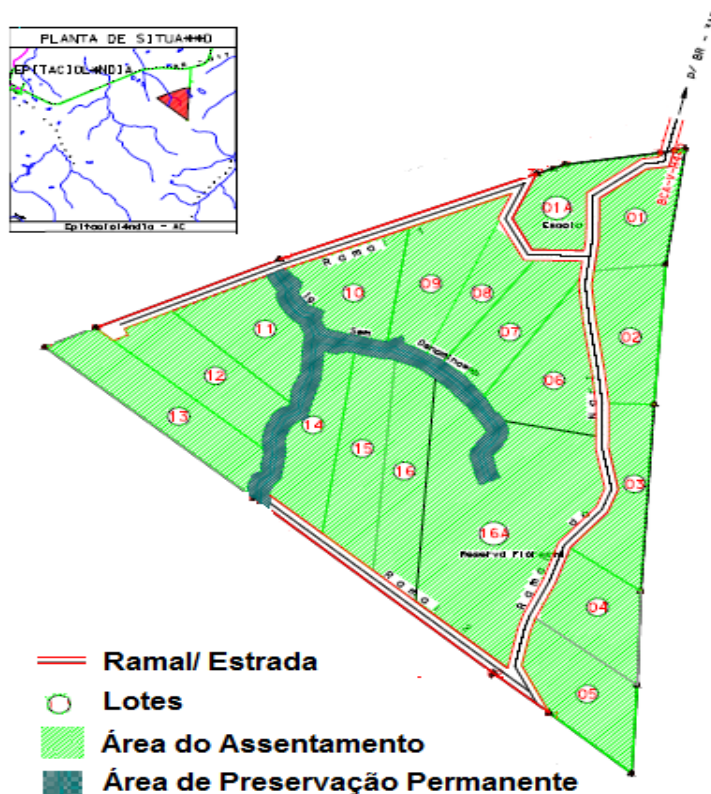


Figura 1 – Configuração da proposta de criação do Polo Agroflorestal Epitaciolândia - 2001

Fonte: Adaptado de ITERACRE (2011).

As famílias ali assentadas teriam acesso a financiamento, assistência técnica e apoio do poder público. Sua criação pretendia-se ser sustentável:

Beneficiar diretamente famílias carentes da periferia de Epitaciolândia, através do assentamento em pequenos lotes, próximo da cidade com infraestrutura básica, propiciando assim, condições ideais para que as famílias assentadas possam produzir, escoar e comercializar seus produtos, incentivando dessa forma a sua permanência no campo, bem como, a utilização correta do solo, garantindo com isso, sua agricultura sustentável. (ACRE, 1999 p. 1).

Porém, de acordo com Diegues (1992), normalmente, quando esses projetos são pensados em termos de sustentabilidade, são levados em consideração apenas o véis “natural”. Obviamente que a sustentabilidade envolve outras dimensões, entre elas a social e principalmente a econômica.

Assim, através da visita *in loco* ao Polo Agroflorestal Epitaciolândia, algumas questões foram observados relacionados ao distanciamento das propostas iniciais, entre eles a estrutura e organização dos lotes.

Dos 16 lotes previstos inicialmente para ocupação, apenas 9 foram efetivados (Figura 2). Isso em função da incorporação da área ao parque ambiental do local e ainda aos problemas de acesso aos lotes e ainda ao mal planejamento da gestão do local.

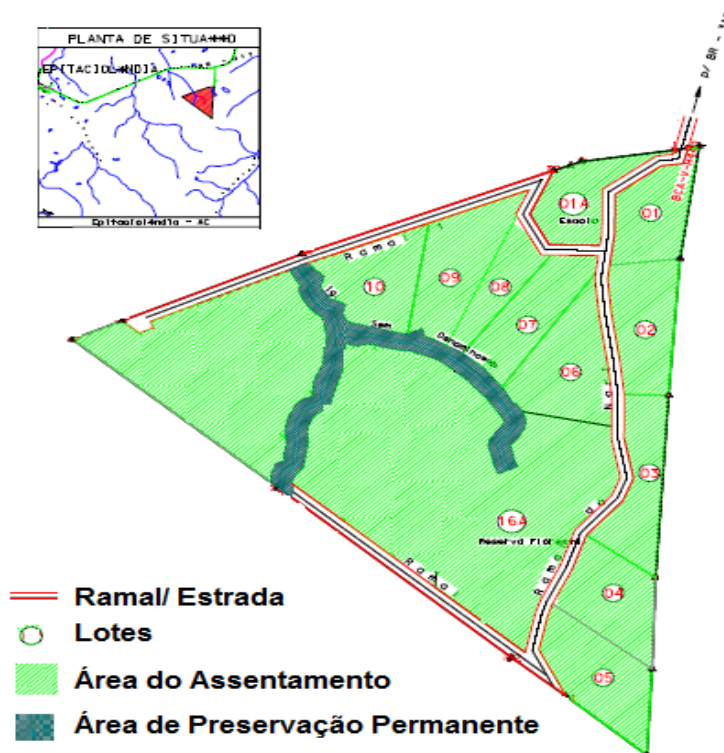


Figura 2 – Configuração atual do Pólo Agroflorestal Epitaciolândia – 2017

Fonte: Visita *in loco*, 2017. Adaptado de ITERACRE (2011).

De acordo com o Morador PA1, 6 dos atuais moradores ainda são daqueles que inicialmente ocuparam o PE, 3 lotes já foram comercializados e neles se encontram famílias que não participaram da fase inicial. Em um dos lotes planejados, o que se tem é uma fonte d'água e em 6 outros foi instalado o Parque Wilson Pinheiro, que é uma Área de Proteção Permanente – APP. Essa situação repercute diretamente no primeiro propósito da proposta, a de “Beneficiar famílias carentes de Epitaciolândia” e no segundo de “incentivar a permanência dos beneficiados no campo”.

A concepção dos Polos Agroflorestais é a de que:

Eles são uma forma de assentamento planejada em todos os aspectos, desde a localização da área até as potencialidades hídricas e condições de fertilidade do solo. As famílias são assentadas em áreas próximas ao mercado consumidor e conta com



toda a assistência para a produção de alimentos e para implantação do sistema de culturas permanentes. (ACRE, 1999, p. 4)

Assim, nessa concepção o sucesso do assentamento parece garantido, pois tanto as características físicas, locais e de mercado são levadas em consideração. Além disso, os polos devem preencher os requisitos básicos, que são:

Proximidade do mercado de consumo, que tenha infraestrutura viária que possibilite o escoamento da produção; o acesso aos serviços sociais indispensáveis (saúde, educação, energia); possua recursos hídricos (igarapés, açudes, vertente) e um solo propício para as atividades agrícolas. As áreas passam por uma avaliação técnica utilizando a capacidade do solo e seu potencial produtivo. (ACRE, 1999 p. 7).

Com relação às questões locais, através da visita *in loco*, observamos que o Polo Agroflorestal Epitaciolândia está localizado em área próxima ao núcleo urbano.

#### b) Estrutura econômica e qualidade de vida do assentamento

Reúnem-se as características anteriormente mencionadas aquelas que vislumbram a qualidade de vida dos moradores, como saúde, educação, energia elétrica, bem como, econômicas.

Contata-se que o presente assentamento, polo agroflorestal, encontra-se próximo ao mercado consumidor e que tem infraestrutura viária adequada ao escoamento durante todo ano. Quando perguntado sobre esta questão, o Morador PA1 relata que:

Eu vendia de ambulante na cidade, hoje tem o PAA (Projeto de Aquisição de Alimentos) eles passam com o caminhão e vem recolher a mercadoria. Ainda estou inscrito, vou preparar pra voltar a entregar, porque eu adoeci né, preparar a horta, alguma coisa pra gente entregar". (Morador PA1).

O entrevistado não tinha como escoar sua produção, precisando vendê-la como ambulante na cidade, o que está longe da proposta da concepção original do PE. Com o programa Federal, denominado de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a comercialização e escoamento se efetivou, mas sua doença comprometeu sua inserção no programa. Apesar dos esforços individuais para vender o que produzem, os recursos obtidos são insuficientes para uma sobrevivência digna:

Aqui eu mexo mais com frutas e verduras (agora estou meio parado, que estou doente). Verdura tipo alface, cebola. Frutas do tipo cupuaçu, graviola, abacaxi quase todo tipo de frutas (...) vendo poucas de acerola, cupuaçu e goiaba, a gente pra bolivianos. (Morador PA1).

O que, de certa forma, lhes traz um alento é a comercialização informal com os vizinhos bolivianos, já que estão próximos da fronteira. A Moradora PA2 vem mantendo o sustento da família com a produção de poupa de frutas, que são comercializadas de forma congelada. Para diversificar o sustento da família e também a venda, ela mantém a criação de pequenos animais. Os bolivianos compram a produção na feira livre na cidade de Epitaciolândia, ou seja, os moradores do polo devem deslocar-se a feira para vender seus produtos. (Fotos 1 a 4)



Fotos 1 a 4 – Variedade de produção das famílias no PE Epitaciolândia

Fonte: Acervo Alexsande de Oliveira Franco, 2017.

Os moradores relatam que já tiveram assistência técnica no passado, através de uma parceria com a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre – SEAPROF e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Havia um projeto específico voltado ao cultivo da banana, mas esse foi interrompido.

Tivemos no começo, agora não. A ajuda era na questão de horta (lona), aradação, destoca era através da SEAPROF. (...) Antes eles acompanhavam, agora não andam mais aqui não. Eu tive um projeto da banana (essas bananas enxertada da EMBRAPA) um projeto bom, colhi muita banana, depois terminou o prazo,

terminou o contrato deles né, aí parou, há uns 3 anos, fora isso não teve nenhum outro projeto. (Morador PA1).

Com relação aos serviços sociais indispensáveis (saúde, educação, energia), observamos que os moradores possuem energia elétrica. Porém, na escola funciona apenas o Ensino Fundamental. Para cursar o Ensino Médio precisam recorrer a cidade de Eptaciolândia. Outro ponto que deixa a desejar é com relação à saúde. Em caso de doença, os moradores também tem que se deslocar até a cidade, já que não possuem postos de saúde.

### **Considerações Finais**

Observou-se, assim, que na implantação do Polo Agroflorestal de Eptaciolândia, como proposta inicial como um modelo padrão de assentamento perfeito unindo o homem/floresta/campo com os sistemas agroflorestais, no entanto com o passar dos anos observou-se o aparecimento de problemas que inicialmente não haviam sido previstos, como por exemplo, distanciamento do poder público, precarização da infraestrutura, problemas de produção e econômicos dos moradores; convergindo dessa forma para a insustentabilidade local que afetam diretamente na vida dos moradores da área.

Dessa forma é necessário mais ação e efetividade no interior do presente polo para viabilizar o objetivo da sustentabilidade econômica do local com produtos pontuais, com investimentos mais direcionados e assistência técnica no intuito criar um rede econômica com mais sustentabilidade.

### **Referências Bibliográficas**

ACRE. **Polo Agroflorestal**. A nossa proposta de reforma agrária. Rio Branco: Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária, S. d. 12p.

\_\_\_\_\_. Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária. **Levantamento do meio físico, classificação das terras no sistema de capacidade de uso e zoneamento agroflorestal em um imóvel rural no município de Eptaciolândia / Acre**. Rio Branco - Acre. 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1.693, de 21 de Dezembro de 2005**. Cria os Programas de Pólos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais - PQA e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos pólos agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do

Estado do Acre. Disponível em < <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1693.pdf>> Acessado em 18 de Abril de 2017.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil da USP, 1992.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.178p.

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE – ITERACRE. Polo Agroflorestal de Epitaciolândia. **Planta baixa dos lotes.** 2011.

MORADOR PA1. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PA2. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao económico. **Estudos avançados**, 26 (74), 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>> acesso em 20 de agosto de 2017.

PESQUISA DE CAMPO. **Dados coletados nos Modelos de Gestão Territorial com seus sujeitos e seus gestores.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

SILVA, S. S. (Org.). **Acre: uma visão temática de sua geografia.** Rio Branco: Edufac, 2008.

\_\_\_\_\_ **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: Uma análise a partir da realidade amazônico-acreana.** Rio Branco: Edufac, 2011.

SOUZA, E. F. **Os pólos agroflorestais como políticas de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: Da proposição à realidade.** Vicososa, Minas Gerais – 2008.

SOUSA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Pólos Agroflorestais como Alternativa de desenvolvimento sustentável: O caso do Acre. **Apresentação oral.** XLV CONGRESSO DA Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. "Conhecimentos para Agricultura do Futuro. 2007.

SOUSA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, n. 2, p. 92-112, 2013.